

“Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe

*“These called left intellectuals”:
the IPM of PCB and the communist phenomenon in cultural
production in post-coup*

Rodrigo Czajka*

Dizem que a cultura não pode ser pesquisada. Eu digo: que essa cultura seja pesquisada porque ela não pode ser tão livre assim, ela não pode ser tão aberta, que ela possa se tornar anti-nacional, atingir os interesses nacionais. Ela não pode ser tão livre, tão cultural a ponto dela se tornar perigosa ao dispositivo de segurança (BARRETO FILHO, 1966, p. 259).

RESUMO



Entre as muitas ações de investigação adotadas pelos militares com a intenção de coletar informação sobre a chamada “subversão comunista” no pós-golpe, em 1964, uma das formas que muito se destacou foi o Inquérito Policial-Militar (IPM). Esse instrumento de investigação tinha por finalidade a coleta de provas e indícios que, posteriormente, serviriam de base para processos penais com base na Lei de Segurança Nacional (JSN). Entre os IPMs que ganharam maior repercussão estava o do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sobretudo porque ele serviu de ponto de partida para outros inquéritos que se desdobraram em investigações específicas. Uma delas, que será abordada nesse artigo, diz respeito à organização de uma intelectualidade de esquerda que, se antes do golpe fundamentou um debate sobre o pensamento político e social no Brasil, após o golpe ganhará projeção ainda maior pela sua atuação na resistência ao regime militar. No IPM do PCB o “intelectual de esquerda” ou o “intelectual comunista” são definidos pelos relatórios militares como elementos portadores de um discurso sofisticado de

* Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Paulista (UNESP), Campus Marília. Organizou, juntamente com Marcos Napolitano e Rodrigo Patto, o livro: *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural* (EDUEMG, 2013).

propaganda soviética, logo, deveriam ser investigados em profundidade pelos serviços de informações.

Palavras chave: Ditadura militar. Inquéritos militares. Comunismo. Intelectuais

ABSTRACT



Among the many investigative actions taken by the military with the intention of collecting information about the "communist subversion" in the post-coup in 1964, one of the forms that really stood out was the Police-Military Investigation (IPM). This research instrument was designed to collect proof and evidence which subsequently formed the basis for criminal proceedings based on the National Security Law (LSN). Among the IPMs that gained greater impact was the Brazilian Communist Party (PCB), mainly because it was the starting point for other surveys that have unfolded in specific investigations. One of them, which is discussed in this article concerns the organization of a left intellectuality that if before the coup ground a debate on the political and social thought in Brazil, after the coup will gain even greater projection for his performance in resistance to the regime military. In the IPM of PCB the "intellectual left" or "communist intellectual" are defined by the military reports as having elements of a sophisticated speech of Soviet propaganda, then, should be thoroughly investigated by intelligence services.

Keywords: Military dictatorship. Military investigations. Communism. Intellectuals

1. Os inquéritos e o problema do comunismo

Os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), instrumentos de investigação e criminalização de responsáveis pela subversão da ordem social e política durante o regime militar no Brasil (1964-1985), considerados hoje do ponto de vista da pesquisa acadêmica, têm consigo uma série de implicações. Não apenas porque constituem fontes nunca antes analisadas, mas também porque eles são o resultado de um processo no qual a informação colhida foi um componente essencial na dinâmica das estruturas militares durante um momento específico da história recente do país. Isto é, além de conter o perfil burocrático de instituições racionalizadas e de se levar às últimas consequências a necessidade da informação como instrumento de uma guerra calculada e silenciosa, centenas de milhares de páginas, então produzidas e que hoje se despedaçam nas prateleiras dos arquivos militares, também guardam a memória daquilo que um dia fora a razão de tanto papel.

Alguns diriam que não havia tanta razão assim, afinal a história da repressão militar no Brasil está repleta de episódios que vão da crueldade ao absurdo, da indolência ao vigor da punição, do satírico ao trágico.¹ De qualquer modo, a existência de um conjunto documental

¹ Ver, por exemplo: PONTE PRETA, 1996; PONTE PRETA, 1967.

produzido pelos militares antes e durante a repressão revela muitas faces e permite antever, por meio dos relatórios e interrogatórios, o desenho complexo das resistências que foram articuladas na vigência da ditadura. Em tais processos, de certa maneira, estão perfiladas em detalhes as composições dos grupos que foram alvos de processo em tribunais militares. Ao se defrontarem com o “crime”, os militares responsáveis pela instauração dos IPMs, conseguiram reunir um conjunto de informações, documentos, depoimentos, fotografias, gravações etc. a respeito das oposições ao governo, sobretudo, das esquerdas vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A partir dessa perspectiva, duas principais questões inicialmente constituem o horizonte da análise: primeiro, abordar um conjunto de fontes documentais ainda não consideradas sob o ponto de vista sociológico e historiográfico, até porque se desconhecia a existência efetiva destes IPMs, bem como do seu conteúdo; segundo, a partir dessa documentação considerar a elaboração uma genealogia de determinadas redes de intelectuais de esquerda no Brasil, com enfoque aos militantes do PCB, bem como traçar um perfil geral tanto de militantes quanto de dissidentes do partido.

É evidente que essa segunda proposta tem suas complicações metodológicas, pois um inquérito policial-militar, antes de qualquer coisa, é um documento produzido pelos militares: está ali impressa a leitura que estes fizeram dos eventos ligados à “subversão comunista”. O que mais transparece nessa documentação são os padrões de análise e investigação adotados pelos inquéritos e, de certo modo, a construção de um inimigo interno vinculado ao comunismo internacional. Muitos destes IPMs foram iniciados com a constatação do fenômeno da subversão e terminaram por atribuir esse fato, em seus relatórios finais, à infiltração comunista em território brasileiro. Segundo Maria Helena Moreira Alves,

os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do “inimigo interno”, como primeiro passo. Uma vez concluído um inquérito, [...] a punição caberia final cabia ao presidente, governadores de Estados ou prefeitos. Carentes de qualquer fundamentação jurídica formal, os IPMs não se submetiam a regras fixas de comprovação. Os próprios coronéis frequentemente estabeleciam os preceitos legais sobre os quais deviam basear suas decisões. O testemunho da “opinião pública” era suficiente, em certos casos, para provar as atividades subversivas ou revolucionárias que justificavam a punição. [...] A simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura (ALVES, 2005, p.69-71).

Embora isso represente, num primeiro momento, uma dificuldade na análise da documentação, possibilita por outro lado, vislumbrar um quadro mais amplo e diversificado da composição das esquerdas, subsumidas ao comunismo internacional pelos militares. Isto é, ainda que os inquéritos sejam identificados como instrumentos jurídicos a partir dos

quais emana a lógica militar da repressão, possibilitam, por outro lado, uma discussão sobre o próprio fenômeno da resistência entre esquerdas, quase sempre associadas aos elementos de “comunização” da sociedade brasileira (MOTTA, 2002, p.280).

O “perigo vermelho” alimentou um imaginário belicoso em torno do comunismo e dos seus agentes. Com respaldo político, o combate às “ideologias alienígenas” resultou, muitas vezes, na formação de instituições anticomunistas que se ocupavam da tarefa primordial de alertar a sociedade brasileira sobre aquilo que era caracterizada como uma “invasão”. De uma certa forma, os momentos de ilegalidade do PCB refletem a força desse respaldo político dos anticomunistas, já que o partido, sobretudo a partir da década de 1930, será o porta-voz do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em território brasileiro. Sua presença e a sua interferência no cenário político nacional sempre foram vistos como fatores negativos, pois sendo uma ideologia estrangeira e anticapitalista, definia-se, por princípio, inimiga.

Mas é evidente que essa leitura era a simplificação de uma realidade muito mais complexa do jogo geopolítico exercido pelas nações em conflito naquele momento. A Guerra Fria estava fixada no horizonte dos blocos comunista e capitalista e, obviamente, a caracterização do inimigo passaria necessariamente pelos elementos definidores deste conflito, em que a “comunização” não era simplesmente um derivado da política expansionista soviética sobre o ocidente, mas um dos seus principais instrumentos.

Isso está expresso nos IPMs e revela a preocupação que os militares tinham em conceber uma genealogia do comunismo no Brasil, a fim de entender sua organização interna. Embora a abordagem do problema da “subversão comunista” estivesse permeada pela crise mundial deflagrada pelos países aliados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), constata-se nas entrelinhas dos inquéritos uma tentativa estrita de entender a dinâmica das organizações comunistas brasileiras. A partir de depoimentos, testemunhos, delações, anexos, documentos apreendidos, provas e correspondências, torna-se possível detectar uma rede complexa de relações sociais e políticas entre militantes opositoristas. Com o devido afastamento histórico, é factível, a partir dessa documentação, investigar o fenômeno da resistência cultural ao regime militar pelas esquerdas (com enfoque nos comunistas) e de que modo se estabeleciam as redes de sociabilidade entre seus protagonistas.

Não se trata, de modo algum, dar primazia ao corpo documental constituído pelos IPMs em detrimento da análise e da problematização das fontes. Sabe-se que fontes não falam por si mesmas; só dirão algo se lhes forem feitas as perguntas certas e, para tanto, é necessário considerar também os motivos que ocasionaram a produção desse tipo de informação pelos órgãos militares. Com isso, há entre as perguntas que devem ser dirigidas a essa documentação, questões que se estendem além do período de vigência dos governos militares. Por exemplo, ao levantarem indícios durante as investigações, os inquéritos

descreviam um percurso retroativo na tentativa de elaborar um histórico da ação dos envolvidos ou indiciados num crime contra a Lei de Segurança Nacional (LSN). Isso quer dizer que, apesar daqueles IPMs institucionais² terem sido abertos, na sua grande maioria, depois de abril de 1964, a documentação que os compõem aponta para uma investigação intensa e detalhada sobre a “ação comunista” num período anterior ao golpe.

Isso significa que a reorganização das esquerdas e do próprio PCB ao longo da década de 1950 contribuiu de forma decisiva na eclosão de novas questões que permearam o ideário de seus militantes na década seguinte. Um dos pontos centrais foi, se antes do golpe viveu-se um período de euforia e ânsia por um processo revolucionário, nos meses que se sucederam ao golpe de Estado o entusiasmo converteu-se em crise e desarticulação das mesmas organizações que haviam promovido a agitação popular. Com a *Declaração de Março* (1958) o partido abria a possibilidade para revisões dos seus postulados políticos, dando espaço e visibilidade pública aos intelectuais direta e indiretamente ligados ao PCB (CARONE, 1982, p.176-196).

A abertura e a descentralização burocrática evidenciaram as dissidências que circundavam o partido. Discussões foram travadas em diversos periódicos, promovendo a emergência de *núcleos intelectuais* comunistas, antes secundários na vida política do PCB. Contrários à centralidade exercida pelo partido, alguns destes *núcleos* possibilitou a determinados intelectuais visibilidade no espaço público, caracterizando a emergência de uma nova mentalidade dissidente que iniciou um profundo processo de crítica e autocrítica em relação à unilateralidade das decisões do Comitê Central do PCB.³

Aquilo que Carlos Nelson Coutinho denominou de “batalha das ideias”⁴ expressa esse momento de reorganização das organizações de esquerda e partidos de oposição. Fomentou o surgimento de importantes periódicos culturais colocando em debate novas perspectivas e interpretações sobre a sociedade brasileira bem como abriu espaço para o fortalecimento de novos ideários políticos – como foi o caso do processo de renovação do marxismo no meio intelectual brasileiro.

A construção da visibilidade pública dos intelectuais ligados ao PCB foi um fenômeno que, de modo geral, atingiu toda a esquerda brasileira. As dissidências eram, antes de qualquer coisa, um esboço para a formação de um campo autônomo em que o intelectual estaria representado como seu principal sujeito histórico. Isto é, as revisões empreendidas por parte da intelectualidade comunista no final da década de 1950, dizia

² Entende-se por “IPM institucional” aqueles inquéritos que visavam detalhar a ação subversiva de uma determinada instituição, organização ou empresa, tais como o IPM da Editora Civilização Brasileira, IPM da Imprensa Comunista, IPM do ISEB, IPM da UNE, etc. Essa questão será detalhada adiante quando abordarmos o IPM do PCB.

³ Sobretudo, no que concerne à formação do Comitê Cultural do PCB, em 1958. Sobre esse aspecto, consultar RUBIM, 1987; SANTOS, 1988; LIMA, 1995.

⁴ Carlos Nelson Coutinho em entrevista a Marcelo Ridenti, 24 de janeiro de 1996.

respeito a uma nova necessidade a respeito da organização dos intelectuais de esquerda⁵. Ainda que fosse um “movimento” incitado pelos próprios comunistas, os intelectuais de esquerda, em geral, eram sensíveis àquela transformação, pois advinha de um lento, mas sólido processo de formação da autonomia intelectual frente às instituições públicas como o Estado e as organizações políticas.

Daí o porquê dos IPMs, em sua grande maioria, remontaram esse contexto pré-golpe em suas investigações. Desse modo, esses inquéritos possuem uma especial singularidade em relação à documentação oficial que se produziu sobre o “movimento comunista” no Brasil: dão-nos uma outra perspectiva sobre o funcionamento das entidades, organizações, grupos e células, pois estes IPMs ao priorizarem a “subversão comunista” como eixo central das investigações, tomaram como referencial a propaganda comunista e seus meios de disseminação.

Houve uma pesquisa exaustiva, ainda que muitas vezes equivocada, dos setores de informação das Forças Armadas sobre a situação do comunismo no Brasil. Os responsáveis pela grande maioria dos IPMs detinham a patente de coronel; constata-se também que direta ou indiretamente esses coronéis tinham algum vínculo com a Escola Superior de Guerra (ESG), uma das instituições responsáveis pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Esta dizia respeito à própria LSN, ou seja, às diretrizes de segurança interna do Estado na iminência de qualquer tipo de ação – qualificada como crime – que atentasse contra a sua organização e jurisdição. Desse modo,

os crimes contra a segurança do Estado são os crimes políticos. Para que possa se caracterizar o crime político é indispensável que a ofensa aos interesses da segurança do Estado se faça com particular fim de agir. [...] Nos crimes contra a segurança interna, esse fim de agir é o propósito político-subversivo. [...] Com a Doutrina de Segurança Nacional pretendeu-se substituir a noção de crime contra a segurança do Estado por um outro esquema conceitual, que se refere a certas ações que atingem os objetivos nacionais. Segundo tal doutrina, entende-se por segurança nacional o grau relativo de garantia que, através da ação política, econômica, psicossocial e militar, o Estado proporciona à nação, para consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões, existentes ou potenciais (DHBB, 2007).

Destes levantamentos resultaram um conjunto de informações sobre a estrutura de organização do movimento comunista, suas operações e sua lógica de funcionamento. Informações que procuravam dar conta absoluta do “inimigo”, mas que, em geral, descreviam aspectos funcionais das organizações comunistas sem a devida profundidade. Havia, por exemplo, uma preocupação em detalhar os aspectos estruturais das organizações comunistas e, na maioria das vezes, isso se realizava a partir do acesso que tinham os

⁵ Conforme: RUBIM, 1998, p.305-382; FREDERICO, 1998; RIDENTI, 2007, p. 169-209.

coronéis responsáveis pelos IPMs, assim como seus assistentes, à bibliografia comunista. Em outras palavras, num primeiro momento das investigações, mais que um caráter invasivo e abrupto de uma ação militar, essa etapa da busca de informações revelava um caráter metódico (ainda que parcial) na constituição das provas contra o suposto inimigo, no caso, o comunismo internacional. Isso ficava demonstrado, de forma clara, numa passagem do relatório final de IPM do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Na tentativa de qualificar o crime e o réu, o relator não apenas descrevia a “ideologia alienígena” do acusado, como citava a bibliografia utilizada por este em seu curso promovido naquela instituição de ensino. Escreve:

eis o que sobre eles [os comunistas] ensina o ISEB em seu Curso de Líderes Democráticos: “não basta ser membro do partido ou adepto do comunismo para pertencer ao *apparat*. É preciso treinamento especial, além de longa prática de disciplina partidária. O comunista deve ainda dar provas de que é capaz de seguir, sem hesitações, as constantes modificações da doutrina, da estratégia e da tática”. [...] Evidente ter demonstrado sempre o mais absoluto desprezo pelos princípios morais e espirituais da civilização ocidental (IPM do ISEB, 1966, p.6.475-6.476).

Havia, no instante da produção dessas provas, uma necessidade de demonstrar que a luta contra o comunismo não era algo casual. Na representação que os militares faziam dos comunistas, não se tratava apenas de uma mera diligência militar contra revoltosos descontentes com um governo opressor, pois

seria ingenuidade grosseira tomar-se a ação comunista no Brasil como movimento doméstico, particular, privado, de sentido puramente nacional, pois ela está identificada, pelos seus processos pela sua linha de ação, com a revolução social de âmbito internacional orientada pela União Soviética de Marx, até o dogmatismo chinês de Mao Tse-Tung (Id. Ibid., p. 6.518).

Ainda que as organizações vinculadas ao comunismo passassem por problemas de ordem política, ideológica e até jurídica, mesmo assim as provas que compunham os IPMs procuravam demonstrar a organicidade do movimento – organicidade esta que se revelava, segundo os militares, na ação da propaganda e doutrinação comunista.

A propaganda e a doutrinação estavam intimamente associadas à infiltração comunista. Era por meio dela, segundo o modelo explicativo construído pelos militares, que outras instâncias da vida social eram “contaminadas”, de modo que a observação detalhada desse aspecto de difusão do pensamento comunista seria vital para se entender os demais instrumentos de legitimação do comunismo como um fenômeno mais amplo. Desse modo,

para subverter as idéias, a conduta, as aspirações dos povos visados, sua arma principal é a propaganda, cientificamente planejada. [...] Os meios de divulgação são variados, abundantes e os mais atualizados, servidos

por fartos recursos como imprensa, livros, cinema, rádio, televisão, exposições, embaixadas artísticas e culturais, viagens e bolsas de estudos, contatos pessoais etc. Tudo isso a serviço de uma ideologia – o marxismo-leninismo (Id Ibid., p. 6.469)

Segundo esse esquema explicativo moldado pelo setor de informações, a infiltração comunista se dava a partir (1) dos partidos políticos, na tentativa não apenas de valerem de pleitos eleitorais, mas também no fato interferirem na vida de outros partidos ou mesmo até influenciá-los em campanhas eleitorais; (2) da Câmara e Assembleias Legislativas com o objetivo, segundo os militares, de conquistar imunidades parlamentares, valerem-se da tribuna parlamentar como veículo de propaganda, utilizar a influência do cargo para infiltrar departamentos governamentais e realizar a subversão legislativa; (3) do Judiciário, a fim de conquistar a garantia legal e manter um quadro crescente de impunidade. Além disso, nessa instância, os comunistas poderiam fazer uso abusivo de habeas corpus, com isso buscar a proteção de seus militantes; (4) dos órgãos governamentais, pois a infiltração no Executivo daria aos revolucionários a possibilidade de subverter as atividades político-administrativas do Estado, com repercussões em outros níveis do poder; (5) dos sindicatos de classe que seriam o ponto de partida para arregimentação das massas. Segundo o setor de informações, essa instância da infiltração comunista é muito mais facilmente instituída que as anteriores, pois por método de aliciamento, se pode constituir um instrumento de grande alcance social para a aplicação das técnicas de convencimento das massas; (6) dos órgãos de divulgação, dada a extrema importância da propaganda estratégica revolucionária, segundo os militares, seria uma instância vital de comunicação e infiltração comunista; (7) do sistema educacional que, na interpretação dada pelos militares, visava simultaneamente, seus dois principais componentes: estudantes e professores, considerando que a infiltração sobre os docentes ampliaria as possibilidades de aliciamento estudantil; (8) das Forças Armadas que também seriam um local privilegiado para a infiltração, segundo os relatório militares. Segundo descreve o documento, “embora Mao Tse-Tung a ela se refira, desdenhosamente, como *tigre de papel*, nem por isso deixa de ser objeto de permanente preocupação dos comunistas, sobretudo na América Latina, em particular, no Brasil”. Isso se devia ao problema da indisciplina de postos dentro dos quartéis numa fase em que as próprias Forças Armadas passavam por modificações em sua estrutura organizacional. O documento continua: “se um amplo e bem montado programa de educação e treinamento não for estabelecido e seguido com rigor, nem forem apoiadas por um eficiente Serviço de Informações, as Forças Armadas estarão derrotadas *a priori*” (Id. Ibid., p. 6.477segs).

Estas classificações postas a serviço da investigação da infiltração comunista, sobretudo logo após o golpe de 1964, foram empregadas em todos os IPMs que visaram analisar e esmiuçar determinadas organizações vinculadas ao PCB e identificar seus principais integrantes. As investigações feitas sobre sindicatos, uniões de trabalhadores (rurais e urbanos), associações de amigos de bairros, centros de estudos, uniões estudantis e

juventude, centros culturais, clubes recreativos, organizações femininas, organizações pró-paz e frentes nacionais parlamentares ou libertação tinham um elo muito estreito e necessário com a produção de informações sobre o “inimigo interno” (Id. Ibid., p. 6.480-81).

Essa etapa, não menos importante, do trabalho de investigação, entretanto não tinha um princípio punitivo, mas apenas e simplesmente de averiguação. Evidente que a repressão exercida pelos diversos setores das Forças Armadas não correspondia à dinâmica dos IPMs, que traziam consigo apenas a necessidade de levantar provas para acusação e julgamento noutra instância jurídica. Dentro da lógica do sistema de combate às tendências comunistas no Brasil, essa etapa era caracterizada como um elemento que, apesar de ser utilizada por órgãos militares responsáveis pela repressão, detinha um aspecto jurídico – aparentemente legal. A instauração de tribunais militares, a fim de averiguar crimes contra a segurança nacional, tinha, ainda assim, um caráter revestido de legalidade. Tais tribunais, responsáveis pela designação de IPMs e seus responsáveis, utilizavam da estrutura jurídica já existente em caráter extraordinário, justificada na “justiça revolucionária” logo nas primeiras semanas após o golpe (KLEIN, 1978). Assim, estava expresso que

sempre dentro da própria legislação e consoante arts. 115 e seguintes do Código da Justiça Militar, que traçam as normas e limites da competência dos encarregados de inquéritos policiais-militares [...] prevê a investigação preliminar pelo encarregado do inquérito, a fim de que este possa colher as provas e indícios necessários à denúncia pelo Ministério Público e fornecer ao poder competente a possibilidade para o processo e julgamento, pois o inquérito policial, ato extra-judicial, não é processo regular que possa autorizar a condenação ou absolvição de alguém. É antes, peça informativa indispensável ao juízo da culpa destinada ao procedimento judicial. (IPM do ISEB, 1966, p. 6.504-6.505).

Um outro aspecto presente nos IPMs era o modo como se procedia a formulação da acusação, logo, dos indiciados em um crime contra a segurança nacional. Nestes inquéritos, a composição do rol de indiciados era determinada não de forma individual – na qual cada réu responderia individualmente pelo suposto crime –, mas coletiva. Havia uma primazia da instituição sobre os seus integrantes e os inquéritos procuravam dar enfoque institucional ao crime e não individual. Em princípio, o que se percebe nos documentos que compõem os IPMs, é que o réu, em si mesmo, era o comunismo. Os membros promotores destas instituições comunistas eram seus colaboradores. Tanto que nestes processos, a grande maioria das inquirições (interrogatórios) é classificada como testemunhal. Obviamente, que com o decorrer das investigações, os indiciados eram paulatinamente classificados no inquérito, na medida em que provas, documentos apreendidos, testemunhas de acusação, eram somados à acusação de um ou outro réu específico. O grande nó desse tipo de procedimento jurídico-militar era que, se por um lado os indiciamentos eram progressivos

com acréscimo de evidências que definiam um ou mais réus num mesmo processo, por outro lado, o risco se dava na proporção contrária, ao submeter todos os “suspeitos” de crime contra a segurança nacional, sob a insígnia de “comunistas”. O problema era que os IPMs definiam esses crimes da seguinte maneira:

Os crimes são simples ou complexos, se produtos de uma ou várias ações. Nos últimos, pode haver casos de unidade de crime e pluralidade de atos, de unidade de ato material, mas pluralidade de direitos violados e, quando, apesar da pluralidade de atos materiais e diversidade de direitos atingidos, há um conjunto que forma um todo indivisível na vontade do autor, é o caso de que um dos atos foi cometido com o fim de executar um outro, como preparação ou meio, absorvendo-se nele (Id. Ibid., p. 6.517-6.518).

Esse entendimento acerca da definição do indiciado, bem como do objeto criminal, de alguma maneira, contribuíram para o modo como a próprio comunismo fora concebido pela sociedade brasileira naquele momento; defini-lo como “crime complexo” e a partir desse argumento (sem base legal) derivar todas as organizações ligadas ao comunismo. Ou seja, não somente o PCB seria objeto de investigação, mas todas as possíveis entidades e organizações que, por meio dessa associação concebida pela argumentação militar, estivessem próximas do comunismo. Ou seja, “os fatos apurados [...] não podem ser encarados isoladamente, mas, ao contrário, devem ser olhados em seu conjunto, com a ideia do todo, pois o crime dos indiciados não pode ser fracionado, tendo-se em conta o escopo que os movia, a todos, indistintamente” (Id. Ibid., p. 6.519).

Dessa postura, decorre um equívoco importante: se ao considerar o grande número de indiciados – todos eles oriundos de diversas esferas de influência, produção, atuação e propaganda ideológica (comunista ou não) – sob uma unidade referencial, a saber, jurídico-militar, “comunizaram-se” determinados indiciados que nenhuma relação tinham com o PCB e, por outro lado, amenizou a militância daqueles que, de fato, eram vinculados ao partido. Da mesma maneira se procedeu em relação às instituições. Aproximações diretas entre, por exemplo, ISEB e PCB, Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) e a Editora Civilização Brasileira, Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) e PCB, entre outras entidades, não esclareceram a dinâmica das organizações brasileiras ligadas ao comunismo internacional, mas ampliaram a geografia de influência do PCB sequer imaginada pelo seu Comitê Central.

2. *Informações secretas nas estantes das livrarias*

Em maio de 1966, pouco mais de dois anos após o golpe que pôs fim ao mandato presidencial de João Goulart (1961-1964) e instituiu um governo militar sob o comando do general Castelo Branco (1964-1967), era lançada uma pequena coleção de livros pela editora do Exército brasileiro, a BibliEx. Também para constituir uma ofensiva editorial e apresentar ao público leitor brasileiro outra visão acerca dos fatos que decorriam daquele 31 de março de 1964, o então coronel Ferdinando de Carvalho⁶ assinava a coordenação dessa coleção de quatro volumes intitulada “O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar n° 709”.

O IPM 709, como também era alcinhada a coleção, tratava-se de uma publicação organizada por militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), visava organizar e compilar as informações, as investigações e relatórios contidos no Inquérito Policial Militar (IPM) n° 709, sob guarda do STM. Esta investigação, assim como tantas outras, foi instaurada a partir de 1964 por tribunais militares afim averiguar “ações subversivas” que infringiam a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e constituir provas a serem encaminhadas ao Ministério Público para que, então, fossem julgados os supostos réus.⁷

Os quatro volumes totalizando aproximadamente 1.200 páginas (IPM 709, 1966) eram, em verdade, um excerto daquilo que fora conhecido entre os indiciados neste inquérito como IPM do Partido Comunista Brasileiro (IPM do PCB). Contendo 157 volumes, este IPM foi originalmente instaurado em 21 de setembro de 1964, com base nas “cadernetas de Prestes”, apreendidas pelos militares e que serviram de prova documental contra o próprio Luiz Carlos Prestes e outros membros do partido, citados nestas cadernetas. Nelas constavam relatórios detalhados por Prestes sobre as atividades do PCB, sua contabilidade,

⁶ Ferdinando de Carvalho, nascido em 21/08/1918. Formado em 1962 no Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFAs) da Escola Superior de Guerra (ESG), integrava o corpo permanente da ESG por ocasião do movimento político-militar de março de 1964. A sua permanência como coronel responsável pelo IPM do PCB causaram uma série de problemas. Ele era identificado com a “linha dura” e estava interessado em comprovar as ligações de Negrão de Lima (governador recém-eleito pelo Estado da Guanabara no ano de 1965) com o comunismo. Por conta disso, houve conflito entre setores militares que defendiam a permanência de Negrão de Lima, criando impasses entre a presidência da república e a comissão de investigação militar. Finalmente, depois de inúmeras discussões entre a cúpula militar, Ferdinando de Carvalho solicitou a prisão do governador ao STM, em resposta à ordem que recebera do governo de concluir as investigações. Com essa ordem, o governo pretendia encerrar o IPM n° 709 como um instrumento de opressão contínua nas mãos da “linha dura”. Ao pedir a prisão preventiva do governador eleito, Carvalho também ignorou a advertência de Costa e Silva (então ministro da Guerra) ao encarregados de inquéritos no sentido de que não tomassem medidas isoladas capazes de retardar as providências a serem tomadas até o desfecho das investigações. O pedido de prisão foi julgado improcedente. Posteriormente, a tendência que se impôs para resolver as dificuldades que o governo enfrentava com a “linha dura” foi a do apaziguamento, sendo mantidos os comandos de unidades sediadas na Guanabara e confirmado o coronel Ferdinando na chefia do IPM do PCB. Desse modo, o coronel foi considerado um “especialista” na repressão ao comunismo, sendo promovido a general de brigada em 1973. Conforme verbete do DHBB.

⁷ Sobre os procedimentos formais de instauração dos Inquéritos Policiais-Militares durante a ditadura militar, consultar CZAJKA, 2010, p.223-246.

contatos e informações que foram utilizadas para sustentar uma investigação sobre a atividade do Partido Comunista no Brasil.

O encarregado pelo inquérito foi o próprio coronel Ferdinando de Carvalho e no decorrer das investigações citou os nomes de 971 pessoas entre testemunhas, prontuários e indiciados que, na edição publicada pela BibliEx, não foram tornados públicos. Aliás, a divisão mesma do inquérito original, em suas 25.100 páginas, não foi mantida na edição bibliográfica por motivos óbvios: a extensão documental e a citação de nomes dos envolvidos nas diversas fases da investigação militar. A publicação seletiva em 4 volumes visava somente apresentar o relatório das atividades, em vez de transcrever provas documentais e apresentar nomes. Assim o propósito da obra era, segundo o coronel Ferdinando de Carvalho, apresentar o IPM

relacionado essencialmente a problemas específicos e atuais da Segurança Nacional, penetrar profunda e exclusivamente nos temas ideológicos nesse movimento de caráter mundial [o comunismo], para compreendê-lo adequadamente, situá-lo no quadro nacional, estabelecer as suas dimensões, medir a sua influência e determinar a sua importância, é imprescindível, entretanto, analisar os seus fundamentos doutrinários e a sua correlação com as condições concretas da vida brasileira. É esse o principal objetivo deste Relatório Geral do IPM 709 (IPM 709, 1966, vol. 01, p.01-02).

Por outro lado, a documentação original trazia outro conjunto conturbado de propósitos. Além de desvelar e apresentar ao público “as ações subversivas de uma organização comunista” (Id. Ibid., p.02), o IPM constituiu-se numa fonte preciosa de depoimentos, relatórios parciais, de investigações e, sobretudo de anexos, basicamente formado por um montante expressivo de documentos apreendidos e interpretados como prova criminal contra os indiciados. Se a publicação dos quatro volumes em 1966 foi importante para tornar pública a leitura que os militares tinham sobre o fenômeno do comunismo e as suas relações com organismos internacionais de subvenção, o IPM 709 e o seu conjunto documental apareciam como um grande arquivo sobre o comunismo no Brasil, com farta documentação sobre as redes comunistas, propagandas e orientações fornecidas pelo partido a seus militantes. Pela primeira vez, e ainda que sem ter a noção clara dessa tarefa, alguns militares, na montagem de seus inquéritos, construíram uma genealogia documental não apenas sobre o comunismo no Brasil, mas também das suas formas de resistência ao regime de governo instaurado a partir de abril de 1964.

O IPM do PCB constituiu-se num modelo para muitos inquéritos que se sucederam. Sua estrutura, diferentemente daquela apresentada na edição bibliográfica publicada em 1966, reconstruiu, ainda que com todas as limitações das investigações militares, redes de relações

entre figuras centrais e periféricas do partido, entidades ou indivíduos que de algum modo contribuíam com a propaganda e com as atividades do PCB. A totalidade dos seus 157 volumes foi distribuída da seguinte maneira: Volumes 01 a 19 – documentos de natureza geral (ofícios, depoimentos de indiciados, testemunhas e pessoas referidas, termos e autos diversos); Volumes 20 a 44 – documentos de provas, pastas relativas aos diversos Estados do Brasil e ao país, de modo geral; Volumes 45 a 62 – documentos referentes a pessoas citadas por atividades comunistas, mas não indiciadas no IPM (prontuários); Volumes 63 a 91 – documentos referentes a pessoas indiciadas no IPM (prontuários); Volumes 92 a 121 – Introdução ao relatório e relatório final; Volumes 122 a 156 – Anexos diversos, compreendendo documentação ampla, material de propaganda e relatórios de várias procedências; Volume 157 – Índice geral (IPM do PCB, 1964, p. 24.709). A origem do processo deixava clara a procedência da documentação que constituíam os autos:

a documentação que constitui os autos do presente IPM é oriunda de todos os órgãos de informação e segurança do território nacional, civil e militares enviada ou coletada de acordo com os Planos de Busca de Informações [...]. Além do que este Encarregado recebeu ao ter sido delegado poderes para proceder ao IPM, como, por exemplo, a documentação apreendida no escritório de Marco Antonio Tavares Coelho, pelo DOPS/GB e na residência e escritório de Luiz Carlos Prestes pelos DOPS/SP e DOPS/GB (Id. *Ibid.*, p.24.628).

Ou seja, as investigações tinham por base inicial a documentação apreendida e a partir dela foi desencadeado todo o processo que determinou o número de 942 pessoas investigadas. Destas, 127 nomes compunham a lista dos indiciados⁸.

⁸ Entre eles, Aarão Steimbruck, Adalberto Timóteo da Silva, Adalgiza Rodrigues Cavalcanti, Adão Manuel Pereira Nunes, Adelino Nogueira Cerqueira, Afonso Celso Nogueira Monteiro, Agliberto Vieira de Azevedo, Alberto Neder, Ângelo Arroyo, Aníbal Fernandes Bonavides, Antonio Chamorro, Aristeu Nogueira Campos, Armando Mazzo, Armando Siller, Armindo Marcílio Douzel de Andrade, Assis Lemos, Benedito de Carvalho, Calil Chaad, Carlos Lima Aveline, Carlos Marighela, Carlos Montarroyos, Carlos Nicolau Danielli, Cícero Targino Dantas, Cid Feijó Sampaio, Cláudio Antonio Vasconcelos Cavalcanti, Cláudio Tavares, Dante Leonelli, David Capistrano da Costa, Demistoclydes Batista, Dinarco Reis, Djalma Maranhão, Eloi Martins da Silva, Emílio Bonfarte Demaria, Fernando Pereira Christiano, Fernando Santana, Fragnon Carlos Borges, Francisco Alves da Costa, Francisco Antonio Leivas Otero, Francisco Gomes Filhos, Francisco Guimarães Ximenes, Francisco Julião Arruda Paula, Francisco Negrão de Lima, Francisco Walter de Souza Mota, Fued Saad, Gilberto Oliveira Azevedo, Gilvan Queiroz da Rocha, Givaldo Pereira de Siqueira, Glauco da Rocha Frota, Gregório Lourenço Bezerra, Hercules Correia, Hiram Pereira, Humberto Alves Campelo, Humberto Lucena Lopes, Iriceu José Pereira, Ivan Ramos Ribeiro, Jacob Gorender, Jaime de Amorim Miranda, João Adelino Jussela, João Amazonas de Souza Pedroso, João Batista Vasconcelos Torres, João Belchior Marques Goulart, João Massena de Melo, Joaquim Câmara Ferreira, Joaquim Pedro Mayrink Filho, José de Albuquerque Sales, José Francisco de Oliveira, José Gonçalves, Josué Leite Filho, José Maria Crispim, José Pureza da Silva, José Raymundo da Silva, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Leonel de Moura Brizola, Lincoln Cordeiro Oest, Lindolfo Silva, Lourival da Costa Vilar, Luiz Carlos Prestes, Luiz Guilhardine, Luiz Rodrigues Corvo, Luiz Tenório de Lima, Manoel Bittencourt Jardim, Manoel Jover Teles, Marco Antonio Tavares Coelho, Maria Segovia Jacobsen, Mario Alves de Souza Ribeiro, Mario Schemberg, Maurício Grabois, Miguel Arraes de Alencar, Miguel Batista dos Santos, Moisés Vinhas, Nery Reis de Almeida, Nestor Antonio Medina, Nilson de Amorim Miranda,

Na lógica da repressão havia, evidentemente, a necessidade de se aprofundar o conhecimento acerca do próprio movimento comunista internacional, pois a argumentação presente na documentação produzida pelos militares considerava articulação dos comunistas brasileiros *pari passu* às articulações políticas e ideológicas dos partidos comunistas de outros países, em especial o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Entretanto, a abordagem considerada pelos militares na investigação da subversão comunista não concebeu, num primeiro momento, unilateralmente “o comunismo como uma doença social que medra na miséria e na ignorância”, tampouco “uma meta de uma tendência evolutiva da humanidade em demanda da justiça social e da liberdade” (IPM 709, 1966, p.13). Segundo o imaginário acerca dos comunistas, a questão envolvia uma sofisticada rede de relações sociais, na qual o partido auxiliava na organização e visibilidade de grupos e indivíduos com relativo poder de influência e persuasão junto a diversos setores sociais. É daí, de certo modo, que advém a preocupação das investigações em tomar como objeto tais organizações, entidades e instituições vinculadas às esquerdas e ao comunismo, que simplesmente adotar uma postura de coerção sobre os setores populares. Tal como descrevia a introdução do IPM 709,

existe um número fabuloso de intelectuais comunistas. Pode-se afirmar, inclusive, que a compreensão do comunismo exige um estágio intelectual superior. O comunismo é uma ideologia complexa em seus fundamentos filosóficos. Para proporcionar o conhecimento do comunismo, os partidos comunistas mantêm um sistema educacional desenvolvido e atuante. [...] Por essas razões não se pode penetrar abruptamente em um inquérito policial-militar sobre atividades subversivas de uma organização comunista, sem ter uma dimensão, mais ou menos sólida, a respeito desse problema (IPM 709, 1966, p.14).

Por isso a investigação militar nesse inquérito se deu em função do reconhecimento das formas de articulação de intelectuais no interior e em torno do PCB. O papel desempenhado por eles na divulgação, na agitação e na propaganda teve uma importância muito grande, na medida em que a visibilidade pública do partido era garantida pelas associações entre comunistas e simpatizantes do comunismo internacional por meio de redes de intelectuais e também artistas (RIDENTI, 2010, p.57-84). Ou seja, a abrangência e maior alcance do PCB foram obtidos não com o aumento da bancada partidária – até porque o partido estava na ilegalidade desde 1947 – mas com a articulação política em diversos setores sociais ocorrida

Orestes Timbauba Rodrigues, Orlando da Silva Rosa Bonfim Jr., Oswaldo Pacheco da Silva, Pedro Makovsky Clemachuk, Pedro Ventura Philipe de Araújo Pomar, Pelópidas Silveira, Reinaldo Limeira Santos, Roberto Morena, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, Rubens Guayer Vanderley, Salomão Malina, Sandoval de Queiroz Barbosa, Sebastião Luiz dos Santos, Sérgio Alves Holmes Brandão Rego, Severino Arcoverde Cavalcanti, Severino Teodoro de Melo, Sidney Fik Max Santos, Tomas Mack, Tomushi Sumida, Tulio Vigevam, Valério Regis Konder, Vulpiano Cavalcanti de Araújo, Waldir Gomes dos Santos, Wenceslau de Oliveira Moraes e Zuleika D’Alambert. In: IPM do PCB, 1966, p. 24.709-711.

à revelia do próprio partido.⁹ Entre estes setores, a intelectualidade de esquerda foi essencial no processo de construção de uma visibilidade do PCB nos meios culturais e artísticos.

A concepção construída pelos militares acerca da importância do papel desempenhado pelos intelectuais, sobretudo de esquerda, no processo de articulação das forças comunistas tinha esse fundamento explícito: por não estarem vinculados politicamente ao PCB, inúmeros intelectuais compunham uma rede complexa e ampla que envolvia uma série de acordos, ajustes com o intuito de promover o partido e colocar a sua ilegalidade em debate pela sociedade brasileira. Era necessária, para estes intelectuais, a mobilização da opinião pública para o fato da repressão e perseguição políticas. Tal articulação dos intelectuais comunistas foi detalhada pelo IPM a partir das etapas da “construção” daquilo que os militares chamaram Movimento Comunista Brasileiro (MCB), da “infiltração comunista”, da “agitação e propaganda”, “movimento de massas” e, por fim, a “ação violenta”.¹⁰

Ainda que a coleção de quatro volumes contendo apenas o relatório final do inquérito tenha sido publicada apenas em 1966, ela representou uma contra-ofensiva de informação de caráter militar. Ou seja, a batalha travada entre militares e comunistas, desde antes do golpe militar de 1964, estendeu-se pelas décadas seguintes; a publicação do IPM 709 pela Biblioteca do Exército (BibliEx) foi apenas um dos confrontos aos olhos da opinião pública. Um dado curioso acerca deste tema é que a coleção foi editada, inicialmente, nas dependências da gráfica Lux, na cidade do Rio Janeiro. A gráfica Lux, entretanto, esteve envolvida com projetos editoriais de intelectuais e editores ligados ao PCB. A própria gráfica Lux, na pessoa do seu proprietário, o advogado Felix Cohen Zaide, havia sido indiciada em inquérito militar, a fim de apurar fatos sobre a publicação do livro *Fundamentos da filosofia marxista* - editado pela Lux e distribuído pela Editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira. sintomaticamente, depois desse “problema” com a gráfica Lux, a publicação dos três últimos volumes da coleção IPM 709 ficou a cargo de outra pequena gráfica carioca, a Liverte.

3. *Intelectuais comunistas: dispersões, dissidências e revisões*

O primeiro volume da coleção constituiu numa introdução ao problema do comunismo no Brasil. Procurou apresentar a questão de modo mais amplo sem considerar especificamente o PCB, exceto em seu último capítulo. Desse modo, o volume nº 1 procura

⁹ A respeito dessa “expansão” verificar, por exemplo, SEGATTO, 1995.

¹⁰ Estrutura que, por sua vez, define a organização do IPM 709. Dada a importância atribuída ao movimento comunista pelos militares no processo de subversão, essa lógica da produção de informação sobre a ação comunista no Brasil este associada não apenas ao IPM do PCB como outros IPMs que tomaram como objeto a subversão e a defesa da DSN. Ver: IPM 709, 1966, p.14-15.

analisar as “bases ideológicas”, o “internacionalismo proletário”, uma “síntese história do Partido Comunista”, as “características gerais da ação comunista”, a “evolução da linha política” e, por fim, “o PCB e a política nacional”. De um modo geral, essa primeira parte do relatório tinha o “objetivo de ambientar os julgadores, as autoridades e os leitores do problema comunista brasileiro, em sua vinculação internacional”. (IPM 709, 1966, vol. 01, p.05)

Citando Lênin, no tópico correspondente ao problema da agitação e propaganda comunistas, o relatório descrevia que “o propagandista atua principalmente por escrito, o agitador de viva voz” (Id. Ibid., p.171). Entre os instrumentos, segundo os militares, responsáveis pela agitação e propaganda e considerados como principais, estavam os cartazes, faixas flâmulas, panfletos, boletins, jornais, revistas, livros opúsculos, rádio, televisão, cinema e teatro. O fato é que, para estes militares imbuídos da causa anticomunista, “um livro, um jornal ou, às vezes, um simples artigo poderia ocasionar resultados mais trágicos que uma arma assassina” (Id. Ibid., p.177).

Nesse sentido, a propaganda como componente ligado à disseminação do ideário comunista promovia formas diferenciadas e complementares de infiltração nos meios sindical, juvenil, intelectual, camponês, parlamentar, militar, religioso, feminino e na administração pública (Id. Ibid., vol. 02, p.160). A organização dos intelectuais foi cara tanto ao militares, sobretudo no que tangia à articulação de indivíduos de prestígio na cena cultural e artística naquele momento – e que promoviam debates em torno de uma revolução nos moldes socialistas – quanto pelo próprio PCB que considerava um

papel de particular destaque à intelectualidade que, em sua grande maioria, é partidária do progresso e da emancipação nacional. A unidade dos intelectuais de diversas tendências políticas e ideológicas pode ser alcançada em torno de objetivos comuns como a defesa da cultura nacional e de seu desenvolvimento, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a salvaguarda dos interesses éticos e profissionais dos intelectuais. (Id. Ibid., p.226)

Essa condição foi frisada pelo partido, sobretudo a partir de meados da década de 1950. A partir daquele momento a aproximação do partido com a intelectualidade de esquerda tinha objetivos bastante definidos: era preciso conduzir as diversas tendências esquerdistas a uma unificação dos propósitos políticos ideológicos. O que se observa nesse contexto é que o PCB manteve uma preocupação acerca da intelectualidade, de conduzir um contingente extremamente heterogêneo de professores, escritores, poetas, jornalistas e profissionais liberais, em geral, a formas de associação permeadas pela militância política em nome do pecebismo (RIDENTI, 2007, p.169-2009). Foram concebidas ou fortalecidas inúmeras entidades e agremiações que representavam, de alguma maneira, as campanhas culturais e

filantrópicas do PCB, a exemplo das Sociedades Sino-Brasileiras, os Institutos de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS, a Sociedade de Amigos de Cuba, entre outras.

Relacionada a essa crescente mobilização da intelectualidade em torno dos preceitos humanitaristas, em que a politização da cultura servira como eixo central das discussões, o marxismo aparecia como elemento catalisador de tendências dispersas no grande caldo heterogêneo que compunham as esquerdas. Isto é, a organização da intelectualidade de esquerda, frente às mudanças em processo no cenário político e ideológico era balizada pelo marxismo-leninismo e pelas discussões extraídas da obra de Karl Marx, publicadas nos manuais soviéticos destinados a seus militantes.

Entretanto, com a renovação pecebista no final da década de 1950, a reboque das denúncias do XX Congresso do PCUS, a questão da intelectualidade e da cultura tomou outras direções dentro do PCB e nos *núcleos intelectuais* que gravitavam em torno do partido. Num artigo de Jorge Miglioli, um dos intelectuais do partido que estiveram a frente desse processo de renovação, afirmava naquele momento que

não nos interessa a preocupação acadêmica de conceituar “intelectual”; interessa-nos apenas limitar o âmbito de nosso trabalho e com este intuito, compreenderemos o intelectual como uma pessoa que realiza um trabalho predominantemente intelectual e o expõe publicamente. [...] Os intelectuais marxistas vivem um drama em nossa sociedade. [...] Estes intelectuais, em geral, provém da pequena ou média burguesia, tendo, pois, um “modus vivendi” que implica uma renda razoável. [...] Não podemos, pura e simplesmente, recriminar esses intelectuais. É preciso analisar concretamente seu trabalho. Muitos deles são inteiramente positivos. *Para ser marxista não é necessário declarar-se marxista* (MIGLIOLI, 1962, p.06).

Evidente que Miglioli não se refere apenas ao intelectual marxista *stricto sensu*, mas também ao intelectual comunista, de forma ampla, assim como também o próprio Miglioli era. Sua manifestação, no sentido de resguardar a pluralidade da configuração daqueles “grupos” de intelectuais de esquerda (marxistas, segundo ele), considerava que a teoria marxista havia aportado inicialmente em território brasileiro através dos manuais soviéticos, muitos deles financiados e propalados pelo governo stalinista. Daí a finalização de seu argumento em afirmar que “dentre uma série de atitudes dos intelectuais marxistas, limitadoras da sua quantidade de produção, destaca-se [...] o raciocínio através de esquemas fixos e o marxismo como dogma” (Id. Ibid.).

Esse posicionamento de Miglioli em relação ao comunismo no Brasil ilustra como se desdobravam os embates travados no interior do PCB, desde 1958. A renovação, muito mais

de seus militantes que da própria estrutura partidária, possibilitou essa distensão da militância, transformando-a num elemento aglutinador, em vez de centralizador. Ao largo de tais modificações, o partido, sobretudo seu comitê central, mantiveram uma política de forte apelo autoritário.

Disso advinham duas questões importantes: de um lado, a emergência de uma nova militância em torno do PCB abria portas para novas discussões, novas teorias e novos modelos de abordagem da realidade social; de outro, a continuidade de um projeto vinculado ao PCB que encontrava no comunismo, bem como no marxismo daí derivado, um aporte institucional necessário. Na medida em que estes intelectuais de esquerda (não necessariamente comunistas e/ou marxistas) buscavam uma autonomia em relação ao PCB, eram identificados com ele quando essa mesma autonomia era reivindicada individualmente no espaço público, fora do partido. Mais que isso, e ainda segundo a lógica enviesada adotada pelos encarregados do IPMs, tal recurso constituía numa estratégia que os comunistas haviam encontrado para disseminar o ideário comunista a serviço não somente do PCB, mas também do comunismo internacional.

Nessa associação direta concebida pelos IPMs entre o PCB, o PCUS, o comunismo no Brasil¹¹ – como se essas organizações mantivessem uma ligação intrínseca no fortalecimento de blocos e nações socialistas, articulações como a dos intelectuais de esquerda representados na fala de Miglioli – eram também consideradas resultado de um processo de expansão do comunismo internacional. Por isso, mesmo intelectuais que sequer tinham algum vínculo com o PCB, mas que em algum momento estiveram próximos de militantes do partido, foram colocados sob suspeita nestes inquéritos, assim como no IPM 709. Ora, este inquérito citava nomes de militantes históricos do partido como Valério Konder, Mario Schemberg, Jorge Amado, Astrojildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães, Leandro Konder, Gondim Fonseca, Cid Franco, Di Cavalcanti, Arnaldo Estrela, Oscar Niemeyer, Moacyr Werneck de Castro, Alex Vianny. Arelados a eles apareciam os nomes de Alvaro Lins, Sérgio Buarque de Hollanda, Vinicius de Moraes, Geir Campos, Carmem Portinho, Otto Lara Rezende, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, Eduardo Portela, Menotti Del Pichia, Sergio Milliet, Alberto Cavalcanti, Bruno Giorzi, Mozart Guarnieri, Orígenes Lessa, Augusto Rodrigues, Abguar Bastos, Egídio Squert, Iberê

¹¹ O IPM nº 709 procurava dar ênfase à vinculação do PCB ao comunismo internacional, pois de alguma forma, justificava a repressão sobre uma entidade que, em tese, atenderia apenas aos “interesses alienígenas” e não estava preocupada com as questões nacionais. Assim, por exemplo, o coronel Ferdinando de Carvalho apresenta o Conselho Mundial da Paz (CMP), descrito como um dos mais importantes meios para infiltração comunista nos setores intelectuais: “O CMP, com sede nominal em Praga, mantém-se na Áustria sob cobertura do chamado Instituto Internacional da Paz. O CMP é considerado como a frente comunista internacional que consagra o maior número de simpatizantes. [...] Constitui um elemento de apoio incondicional da política soviética e, por essa razão, em seu seio tem-se verificado sérias crises, em virtude da contradição entre essa política e os objetivos virtuais da própria entidade. [...] No Brasil, o CMP encontra seu correspondente no Movimento Brasileiro de Partidários da Paz, sob a coordenação de Valério Konder”. In: IPM 709, 1966, vol. 02, p. 231-232.

Camargo, Quirino Campofiorito, entre outros, como “adeptos auxiliares do PCB” desde a década de 1940 (IPM 709, 1966, vol. 02, p.233-234).

De alguma maneira, confirmando aquilo que Jorge Miglioli descrevia, estes intelectuais ainda que reivindicassem sua autonomia e lutassem pela legitimação da categoria de “trabalhador intelectual”, seus respectivos exercícios profissionais se davam no setor privado ou mesmo na burocracia ligada ao Estado. Dessa forma, a consolidação de uma categoria intelectual, representada pela ação efetivamente intelectual, estava atrelada à assunção de cargos em entidades, associações e organizações que viabilizassem esse “projeto”.¹² Por isso, a Associação Brasileira de Escritores, o Instituto de Intercâmbio Brasil-Bulgária, o Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS, a Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-China, Comando dos Trabalhadores Intelectuais etc., acolhiam aqueles intelectuais devotados à organização da sua categoria enquanto classe.

Essa inserção institucional auxiliaria, por sua vez, na promoção de intelectuais e artistas num espaço de produção e circulação culturais e também na popularização de temas e discussões marxistas ou materialistas em determinados setores da sociedade brasileira (RIDENTI, 2010, op.cit.). No que concerne à popularização, havia um debate difundido entre os comunistas brasileiros sobre as formas de se conceber a propaganda (e agitação política) por meio da imprensa denominada popular.¹³ Ou seja, a imprensa popular era considerada de vital importância, na medida em que a difusão dos debates e discussões estava vetada no campo político-partidário, mas havia relativa abertura para tanto nos meios de comunicação. Essa distinção, por sua vez, foi também percebida pelos encarregados do IPM do PCB, pois ao mencionarem o problema dos meios de comunicação e propaganda comunistas, distinguem dois modos para sua realização: a propaganda política e a propaganda ideológica (IPM 709, 1966, vol.03, p.07). Evidente que as investigações detiveram-se sobre a segunda forma, pois o processo de politização de setores da produção e circulação culturais naquele momento parecia mais eficiente e abrangente, se apenas considerada a militância política exercida no interior de partidos políticos de esquerda que acolhiam os comunistas.

¹² Sobre este aspecto, consultar: CZAJKA, 2011, p.57-80.

¹³ É o que vai se tornar objeto de análise e investigação dos militares noutra IPM, o da Imprensa Comunista. A partir desta preocupação de realizar um recenseamento sobre a atividade comunista no Brasil, o IPM da Imprensa Comunista cumpriu o papel de identificar os responsáveis pelo setor de propaganda do PCB e quais seus principais veículos. Foram investigados diversos jornais, revistas e boletins com o objetivo de detalhar e especificar a intervenção do PCB na imprensa. Entre os indiciados no IPM da Imprensa Comunista estão os nomes de Apolônio Pinto de Carvalho, Adão Pereira Nunes, Demistocles Batista, Emílio Bonfant Demaria, Fragmon Carlos Borges, Francisco Julião Arruda de Paula, Giocondo Gerbasi Alves Dias, Hércules Corrêa dos Reis, Jacob Gorender, Leonel de Moura Brizola, Luiz Carlos Prestes, Manoel Jover Teles, Marco Antonio Tavares Coelho, Mário Alves de Souza Vieira, Mário Schemberg, Maurício Grabois, Moises Vinhas, Nery Reis de Almeida, Nestor Veras, Orlando Bonfim Júnior, Ramiro Luchesi, Severino Teodoro de Mello, Valério Regis Konder, Waldir Gomes do Santos, Zuleika D’Alembert, Ana Montenegro, Armando Maia, Benedito Cerqueira, Edson de Souza Carneiro, Eloy Ângelo Coutinho Dutra, Aldo Luiz Arantes, Geraldo da Costa Matos, Isaac Schervar, José Guimarães Neiva Moreira, José Gutmann, José Ferreira, Max da Costa Santos, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Paulo Motta Lima, Quirino Campofiorito, Raphael Martinelli, Roberto Canavarró Costa, Salomão Taback e Paulo Ribeiro. In: IPM do PCB, 1966, p. 24.745-746.

4. Conclusão

Apesar da existência de um IPM específico que investigou especificamente a imprensa comunista no Brasil (o IPM nº 683), o IPM 709 ou IPM do PCB, não deixou de abordar este tema por considerar que o problema da propaganda e da agitação foi desde os primeiros momentos de instauração dos inquéritos uma questão central de organização comunista.

No momento da ilegalidade do PCB a imprensa foi o principal meio de difusão e comunicação entre organizações próximas ou simpáticas ao comunismo. Desse modo, toda a reorganização do partido pós-1947 foi orientada, em grande parte, pelos meios de comunicação que estavam a serviço do partido ou que simplesmente estavam afinados com sua postura política e ideológica. A atividade de aglutinação, de organização dos militantes, intelectuais e artistas, bem como a contemplação de novos temas e problemas no interior do partido, se deu nesse processo de criação de uma cadeia de jornais, editoras e gráficas dispostas a contribuir com o debate a partir do programa do PCB.

Os militares demonstram saber disso no IPM do PCB, embora a doutrina partidária em matéria de imprensa fosse a da centralização, as dificuldades de difusão em território nacional, principalmente em virtude do constante perigo das apreensões policiais, fizeram com que o partido fosse levado a uma crescente descentralização. Desse fato, resultaram na manutenção de uma imprensa diversificada, mas minimamente coesa com as diretrizes do PCB. Foi o caso, por exemplo, dos jornais *Política e Negócios*, *Imprensa Popular*, *O Semanário*, *Liga*, *Panfleto*, *Bancário*, *Voz Operária*, *Jornal da Semana*, *Gazeta Sindical* e *Orla Marítima* (Guanabara); *Notícias de Hoje*, *Terra Livre* e *Unidade* (São Paulo); *Jornal do Povo*, *Novos Rumos*, *Voz do Povo*, *Nossa Luta*, *Edifício*, *Binômio*, *Ação Popular* e *Política Operária* (Minas Gerais); *Tribuna do Povo*, *Jornal do Povo* e *Hoje* (Paraná); *O Democrata* (Ceará); *Folha Popular* (Rio Grande do Norte); *Folha do Povo*, *A Hora* e *Unidade* (Pernambuco); *Folha Popular* (Sergipe); *O Momento* e *Tribuna do Sul* (Bahia); *Folha Capixaba* (Espírito Santo); *Tribuna Gaúcha*, *Tribuna do Povo* e *Voz do Povo* (Rio Grande de Sul); *Estado de Goiás* e *Agora* (Goiás); *O Democrata* (Mato Grosso).¹⁴

Do mesmo modo, a produção bibliográfica foi objeto de atenção do IPM 709, na medida em que se editavam não apenas obras clássicas de formação política, mas também uma vasta rede de edições divulgava a produção intelectual nacional através da qual se discutiam os problemas nacionais. Produção que, por sua vez, fomentou a formação de um corolário temático e teórico, pois no momento em que se formou uma rede editorial contendo jornais e editoras, foi possível construir também uma “unidade epistêmica”. Isto é, a

¹⁴ Conforme relação anexa ao IPM nº 709. Ver: IPM 709, 1966, vol.03, p. 95-98.

intelectualidade envolvida nesse processo, de alguma forma, conduziu política e ideologicamente estes instrumentos de propaganda, mas sua unidade foi construída sob muita tensão existente entre os integrantes dessa mesma rede. A unidade identificada pelos militares ao qualificar aquilo que ficou conhecido como “imprensa comunista” serviu muito mais como uma adjetivação. Editoras classificadas neste IPM como “empresas a serviço do comunismo internacional”, tais como Editorial Vitória, Editora Fulgor, Gráfica Editora Itambé, Gráfica Editora Aliança, Edições Futuro, Editora Universitária, Editora Obelisco, Editora Felman-Rêgo, Editora Nova Cultura, Editora Problemas Contemporâneos, Editora Brasiliense e Editora Civilização Brasileira, mantinham projetos editoriais distintos e, em algumas ocasiões, contraditórios. Sabe-se, por exemplo, que o Editorial Vitória, empresa gráfica oficial do PCB, editava cartilhas de formação política enquanto que Brasiliense e Civilização Brasileira mantinham uma postura crítica em relação ao material editado pelo partido, por meio da Editorial Vitória.

O fato é que a importância atribuída pelos militares aos intelectuais no fortalecimento da ideologia comunista antes e depois do golpe de 1964 tem dimensões mais complexas que simplesmente a subversão. Cumpre lembrar que esta caracterização era apenas um dos matizes que compunha o imaginário anticomunista, presente em alguns setores militares e disseminado em diversas esferas da sociedade civil. Em outras palavras, a organização da intelectualidade de esquerda em torno e a partir do PCB foi um fenômeno complexo e não correspondeu necessariamente à determinação partidária ou qualquer tipo de centralização institucional. A articulação das forças políticas e ideológicas fomentadas pelo setor cultural esteve à margem da oficialidade partidária, pois sua importância como instrumento político se depreendeu dessa mesma organização dos intelectuais que se fez ao longo do processo de revisão do PCB a partir de meados da década de 1950.

Assim, a maioria destes intelectuais não militantes e devotados à “causa cultural”, como espaço autônomo de atuação e representação, foram engolidos por um processo que procurava associar as lutas culturais com as manifestações comunistas internacionais existentes em território brasileiro. A simplificação – aqui reforçada pelos militares não somente neste IPM do PCB mas em muitos outros inquéritos – gerou um quadro confuso e limitado do fenômeno das esquerdas culturais no final da década de 1950 em diante. Ao inferir, aproximar e associar as intervenções públicas de intelectuais sobre a questão cultural e o seu papel transformador da realidade brasileira com o comunismo, tornou-os não apenas subversivos com penalidade prevista na Lei de Segurança Nacional (LSN), como também interferiu no processo de formação de um campo intelectual autônomo.

Ainda que camadas da intelectualidade de esquerda desempenhassem um papel significativo na divulgação das ideias do PCB ou tivessem algum tipo de consonância com as diretrizes do CC, sua força política era questionada até mesmo pelo próprio partido. Desse modo, a emergência da intelectualidade de esquerda identificada pelos IPMs, especialmente

neste IPM 709, não fora subsumida da subversão, como se esta fosse o principal componente identitário daquela intelectualidade. Entretanto, é fato que essa representação construída pelos militares favoreceu visibilidade àquele contingente que até então era preterido, inclusive, dentro dos próprios partidos políticos de esquerda, sobretudo, o PCB. A identificação dessa nova força política pelos militares advinha de um quadro anterior ao golpe e que culminou na eclosão de novos atores sociais, em meio às transformações políticas operadas ainda no pré-golpe.

De qualquer modo, como afirmava um dos relatores do processo, o IPM nº 709 permitiu formar um “recenseamento” sobre as atividades comunistas e o mapeamento das organizações que atuaram em conjunto com o PCB mesmo antes do golpe militar de 1964. Um dado a ser destacado é que embora esse processo tenha sido instituído em 1964, seu conjunto documental se estendia até 1961. Muito embora a relação de indiciados fosse extensa, outros nomes deveriam compor a lista, mas não foram incluídos no processo porque neste caso seus “crimes” estavam prescritos quando das investigações.

E a formulação desse “recenseamento”, ainda que contivesse falhas cometidas pelos setores de informação militar, apresentou uma estrutura complexa da investigação realizada pelas comissões de inquérito. Embora a intervenção dos militares na vida civil estivesse condicionada à manifestação do anticomunismo, realçada, inclusive, nas ironias que consagraram sua falta de preparo nestas intervenções, houve, por outro lado, uma preocupação e atenção dos militares ao fenômeno da subversão comunista e às formas de sua manifestação. Isto é, apesar da abordagem comprometida com a ideologia da segurança nacional, com suas limitações de análise das mudanças que acometiam a sociedade brasileira nos idos da década de 1960, os levantamentos realizados pelos IPMs foram (e do ponto de vista acadêmico ainda são) instrumentos capazes de identificar inúmeras organizações que, em algum momento, estiveram próximas das esquerdas ou até mesmo do PCB. Ainda, pois, que o partido representasse ou respondesse institucionalmente pelas “ações subversivas”, outras formas de articulação tangenciavam o partido e a sua centralidade oficial, representada pelo seu comitê central. Na tarefa de identificar tais organizações paralelas que atuavam conjuntamente com o PCB e nominá-las judicialmente, os órgãos militares de investigação construíram um extenso quadro de informações que, obviamente, precisam passar pelo filtro do distanciamento histórico.

Isso significa dizer que as investigações militares por meio dos IPMs se estenderam para além das organizações comunistas e atingiram pessoas que, em princípio, não possuíam relação alguma com o PCB. As discrepâncias de muitas informações levantadas (ou supostas) por inquéritos como este IPM do PCB, criminalizavam determinados indivíduos fazendo-os se aproximar de um modelo de análise que possibilitava aos coronéis responsáveis pelos IPMs adjetivar (ou não) determinado réu ou testemunha como

comunista.¹⁵ Era necessário, segundo a lógica da investigação, identificar todas as instâncias de politização e propaganda afinadas com o partido, e não simplesmente averiguar a estrutura partidária.

Essa obsessão pelo levantamento de informações gerou um sem números de processos e inquéritos semelhantes ao IPM 709. Outros tantos inquéritos policiais-militares foram instaurados, buscando a especificidade das organizações e entidades políticas de oposição ao regime militar, quando não de militantes comunistas propriamente ditos. Ou seja, o IPM nº 709 foi um entre outros tantos inquéritos que foram abertos e que, considerados em conjunto, compreendem um montante significativo de informações que os órgãos militares dispunham acerca dos “elementos de subversão”.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

BARRETO FILHO, Amado Menna. *IPM do ISEB, 1966*, vol. 01, Brasília: STM/SeArq.

CARONE, Edgard. “Declaração sobre a política do P.C. (1958)”. In: *O PCB: 1943-1964*. São Paulo, Difel, 1982.

CZAJKA, Rodrigo. “O Comando do Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960”. In: CZAJKA, Rodrigo; RIDENTI, Marcelo (orgs). *Esquerdas e cultura*. Revista Temáticas, Campinas, nº 37/38, ano 19, 2011.

CZAJKA, Rodrigo. “Os IPMs e a construção da subversão nos meios intelectuais no Brasil”. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. *Intelectuais e modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. “Lei de Segurança Nacional”. FGV/CPDOC, 2007. Verbetes disponíveis em <http://www.fgv.br/cpdoc/>

FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAIS, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil, III*. Campinas: Edunicamp, 1998.

IPM 709, *O comunismo no Brasil: o inquérito policial militar nº 709*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. Volume 01: *Introdução*; volume 02: *A construção e a infiltração comunista*; volume 03: *Agitação, propaganda e movimentação de massas*; volume 04: *A ação violenta*.

¹⁵ A exemplo do que escreve Ênio Silveira no artigo publicado no jornal Última Hora em 30 de setembro de 1962: “transformou-se em arma de guerra psicológica, difundindo meias verdades e totais mentiras ou calúnias sobre pessoas, firmas, entidades, movimentos e grupos suspeitos de pactuar com o inimigo. Transformou-se em rótulo elástico o adjetivo comunista, pois basta alguém se desviar um milímetro dos códigos e normas de comportamento ideológico adotados pela classe dominante para logo ser com ele aquinhoado”. In: IPM do ISEB, 1966, vol. 03, p. 568-569.

IPM DO ISEB. INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *Relatório parcial do inquérito*. Brasília: STM/SeArq, 1966.

IPM DO PCB. INQUÉRITO Policial-Militar nº 709. *Relatório dos inquéritos*. Brasília: STM/SeArq, 1966.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

LIMA, Hamilton Garcia de. *O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-1984)*. Tese de doutorado em Ciência Política. IFCH – Universidade Estadual de Campinas, 1995.

MIGLIOLI, Jorge. *O papel crítico do intelectual marxista*. *Jornal Novos Rumos*, nº 163. 30 de abril de 1962.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; CZAJKA, Rodrigo. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2013.

PONTE PRETA, Stanislaw. *FEBEAPÁ nº 1 – Festival de besteira que assola o país*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PONTE PRETA, Stanislaw. *FEBEAPÁ nº 2 – Festival de besteira que assola o país*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1967.

RIDENTI, Marcelo. “Brasilidade vermelha: artistas e intelectuais comunistas nos anos 1950”. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai; VILLAS-BOAS, Gláucia. *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: EdUnesp, 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil III*. Campinas: EdUnicamp, 1998.

RUBIM, Antonio Canellas. *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural*. Tese de doutorado em Sociologia. FFLCH – Universidade de São Paulo, 1987.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.